

Comissão aprova parecer de Tito

José Leonardo Rocha

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou ontem por 11 votos a 2, com 3 abstenções, o parecer de Ronan Tito (PMDB-MG) autorizando o Governo a fechar acordo com os credores externos para o pagamento dos juros atrasados da dívida brasileira. Duas emendas foram acolhidas no parecer — uma, de redação e outra, de Maurício Corrêa (PDT-DF), determinando que dois senadores, um governista e outro de oposição, acompanhem o processo de fechamento do acordo assim como todas as etapas da futura negociação sobre o principal. À noite, o líder governista, Marco Maciel (PFL-PE), tentou aprovar requerimento para que a matéria entrasse em pauta em sessão extraordinária, no plenário, mas faltaram 6 senadores para o quórum de deliberação. Os senadores do PMDB se retiraram para uma reunião na liderança, em que tomariam posição sobre a questão.

As duas emendas, que Maurício Corrêa apresentou na comissão, receberam o apoio integral do lado governista, embora uma delas não tivesse sido acolhida, devendo ser transformada em projeto. Corrêa apresentou proposta no sentido de dar aos estados e municípios, na negociação de seus débitos com o Governo Federal, as mesmas condições obtidas pelo Brasil nos acordos com os credores externos. O

próprio Corrêa admitiu que o melhor seria introduzir essa vinculação através de projeto de lei ou de decreto legislativo. “Se o Governo garantir as mesmas condições para os estados e municípios, já abre um gancho para mim”, disse Maurício Corrêa, que se absteve tanto na comissão como na votação do requerimento governista.

Pressa

Maciel passou o dia tentando apressar a aprovação da matéria em plenário, para que o presidente Collor pudesse dar a boa notícia ao seu colega norte-americano, George Bush, no jantar de ontem à noite. O líder governista confirmou que tanto o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, como o da Justiça, Jarbas Passarinho, já deram o sinal verde para a sugestão do senador pedetista. “Estamos apenas discutindo o instrumento”, esclareceu. O Governo também acolheu com simpatia a emenda aprovada. “Temos a maior simpatia à idéia de os senadores acompanharem tudo, terem todas as informações durante as negociações”, garantiu. O Governo, aliás, chegou a acenar com essa participação direta como um sinal de boa vontade, embora a emenda já estivesse sendo analisada pelo relator, Ronan Tito.

O PMDB, a despeito de suas divisões internas, impossibilitou a vitória total do Governo na questão da dívida no dia de ontem. Na

comissão, dois de seus senadores — César Dias e Coutinho Jorge — se abstiveram e um deles, Ruy Baccalar, votou contra. Mais tarde, o partido deixou claro que não contribuiria para o quórum no momento de se votar o requerimento de Maciel pedindo a eliminação do interstício de três sessões desde a aprovação na comissão, para exame em plenário. Mansueto de Lavor (PMDB-PE) previu um espaço de cerca de 15 dias até a aprovação final. “Temos que estudar muito. Não dá para fechar um acordo só em função da viagem do presidente aos Estados Unidos. O PMDB não quer se limitar a carimbar esse acordo”, avisou. O líder do PMDB em exercício, José Fogaça, manifestou-se favorável, no mérito, ao relatório de seu correligionário, Ronan Tito, mas prometeu acatar a posição partidária. “O acordo não é danoso para o País”, disse, desvinculando as críticas de Collor a Orestes Quêrcia e vice-versa da decisão de obstruir a votação.

Requerimento

Na Câmara, o líder do PDT Vivaldo Barbosa aguarda uma resposta de Mauro Benevides, presidente do Senado, sobre o requerimento apresentado na segunda-feira pedindo que o acordo da dívida seja submetido ao Congresso. Segundo Vivaldo, o requerimento está sendo estudado pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado.